

INTERAÇÃO EM SALA DE AULA: UM ESTUDO COM ALUNO SURDO

Rosa Maria da Silva Gomes Bispo

rosa.mariia.pedagoga@gmail.com

Escola Municipal Prof^a Maria Madalena Xavier de Andrade

Marineide Gomes de Oliveira da Cunha

Inacio-alexandre@live.com

Escola Estadual Carmem Costa

RESUMO

A pesquisa tem como o objeto destacar as relações entre os docentes, discentes ouvintes e discentes surdos no processo ensino e aprendizagem. Trata-se de analisar o processo de interação na sala aula. O estudo busca responder a seguinte indagação: Quais os desafios que os docentes têm que superar na comunicação com os discentes surdos, no que se refere a Libras, a aprendizagem de Língua Portuguesa e sua relação com o processo de interação professor – aluno – aluno. O campo empírico corresponde a Escola Municipal Professora Maria Madalena Xavier de Andrade, Natal/RN e a Escola Estadual Carmem Costa, Poço Branco/RN. O trabalho tem como referencial teórico os autores: Gladis; Goldfield (1992), Mazzota (1994), Quadros; Karnoop,(1998), Mantoan (1997), Perlim; Stumpf (1998), Sá (1999), Anater (2009), Oliveira (2011), entre outros. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo longitudinal de acompanhamento da aprendizagem de um aluno surdo a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. Os dados analisados foram recolhidos por meio de um questionário aplicado a X professores da referida escola. O estudo referente às políticas públicas de inclusão na área da surdez permitiu algumas constatações acerca da inclusão desses alunos na escola regular. Possibilitou a identificação das dificuldades de comunicação e os desafios a superar no processo de interação entre professor e alunos, em particular, um aluno surdo, durante o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.

Palavras-Chave: Surdos. Libras. Interação. Aprendizagem.

INTERACTION DANS LA SALLE DE CLASSE: UNE ÉTUDE CHEZ UN ÉLÈVE SOURD

Rosa Maria da Silva Gomes Bispo

rosa.mariia.pedagoga@gmail.com

Escola Municipal Prof^a Maria Madalena Xavier de Andrade

Marineide Gomes de Oliveira da Cunha

Inacio-alexandre@live.com

Escola Estadual Carmem Costa

ABSTRACT

La recherche a comme objet d'étude les rapports entre les enseignants, les élèves auditeurs et les élèves sourds dans le processus d'enseignement apprentissage. Ils`agit d`analyser le processus d`interaction dans la salle de classe. L`étude cherche répondre la question suivante Quels sont les défis que les enseignants ont que surmonter dans la communication avec les élèves sourds, à ce qui concerne à LIBRAS et l`apprentissage de la langue portugaise et ses rapports avec le processus d`interaction enseignant > élève << élève. Le champ empirique est l`école Prof^a Maria Madalena Xavier de Andrade, Natal/RN. 1 école Estadual Carmem Costa. Le travail est soutenu théoriquement par les études des auteurs : Gladis, Goldfield (1992), Mazzota (1994), Quadros, Karnoop, (1998), Mantoan (1997) Perlim e Stumpf (1998) Sá (1999) Anater (2009) Oliveira (2011) parmi d`autres. Du point de vue méthodologique, il s`agit d`une étude longitudinale en suivent l`apprentissage d`un élève sourd depuis la sixième année de l`enseignement secondaire. Les données analysés, dans ce travail, ils ont été recueillis, auprès de X enseignants de l`école, par la voie dans questionnaire. L`étude de divers aspects des politiques publiques en ce qui concerne le champ de la surdité, ils ont permis quelques constatations par rapport l`inclusion de ces élève dans l`école. L`analyse des données a permis d`identifier les difficultés de communication et les défis à surmonter dans le processus d`interaction parmi l`enseignant et les élèves, en particulier, un élève sourd, pendant l`enseignement/apprentissage de la langue portugaise.

Mots-clés: Sourds. Libras. Interaction. Apprentissage.

INTRODUÇÃO

Considerando que a Língua de Sinais é a primeira língua da comunidade surda, a Língua Portuguesa é difícil de ser assimilada pelo aluno com surdez, sendo um grande desafio frente à aprendizagem. Na formação profissional, os professores necessitam ser conscientizados de como os conhecimentos evoluem e se manifestam na organização de estratégias, ou seja, analisar como alunos surdos se adaptam a diferentes aspectos do pensamento.

Essas situações de equilíbrio local do pensamento estão presentes a todo instante na sala de aula, quando os educandos surdos resolvem os mais diversos problemas sem preocupação e obrigação de encontrar a resposta exigida e esperada pelo professor e colegas. Perlin; Stumpf (1998, p.56) retratam que “os surdos não conseguem dominar os signos, a epistemologia de uma palavra, a leitura e a escrita”.

Existem dificuldades as quais a pessoa surda enfrenta, pois não consegue compreender os signos dos ouvintes, ocasionando um déficit no aprendizado. Nesse sentido, o ensino de Língua Portuguesa para os surdos torna-se complexo. Os surdos podem até se comunicar em Libras e escrevem em Língua Portuguesa, porém ao escreverem um texto utilizando palavras da Língua Portuguesa, sua estrutura terá como base a Libras com verbos no infinitivo.

Dentro de um contexto geral, a Libras possui uma estrutura gramatical bastante diferenciada da Língua Portuguesa. O docente precisa refletir sobre o nível de cada aluno surdo, respeitando suas singularidade e especificidades, para que os mesmos possam ter acesso à Língua Portuguesa, com ênfase na participação, socialização e inclusão, analisar sua metodologia de ensino, criando estratégias que venham despertar o interesse do aluno e proporcionar o conhecimento.

A inclusão é um movimento que vem se configurando em defesa dos direitos às pessoas com deficiência de estarem juntos na escola regular, aprendendo e participando sem nenhum tipo de exclusão (BRASIL, 2011). É importante que a comunidade surda continue lutando pelo direito de inclusão numa sociedade que, durante muito tempo, chegou a cultivar o belo, ou seja, só as pessoas consideradas perfeitas deveriam viver, caso contrário, eram atiradas ao mar.

O surdo pode desenvolver-se normalmente, pois seu cognitivo é preservado. O que falta são oportunidades para que sejam incluídos no contexto social e educacional, pois possuem direitos e deveres garantidos na legislação. Entretanto, só a partir da Lei

nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Libras passou a ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas do Brasil, sendo garantida pelo poder público em geral.

De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, nos cursos de fonoaudiologia, em instituições de ensino público e privado, caracterizados por sistemas de ensino dos estados, municípios e do distrito federal.

Todos os cursos de licenciatura caracterizados nas diferentes áreas do conhecimento, como curso normal de nível médio, curso normal superior, curso de pedagogia e curso de educação especial, são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. Deverão incluir a Libras em sua estrutura curricular obrigatória. Para os demais cursos de educação superior e educação profissional, a Libras entra como disciplina optativa.

A formação continuada de docentes para o ensino de Libras precisa ser ofertada a partir do Ensino Fundamental, em curso de Graduação de Licenciatura Plena em Letras-Libras ou em Letras-Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Enquanto que a formação de docentes para o ensino da Libras, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso Normal Superior em que Libras e Língua Portuguesa (BRASIL, 2011).

A Libras é formada por uma gramática de elementos constitutivos das palavras ou itens lexicais que se estrutura, a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Apresenta especificidades, mas segue princípios básicos gerais. É dotada de componentes pragmáticos convencionais codificados no vocabulário e nas estruturas da Libras que permitem a geração de sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais.

Partindo do pressuposto da Língua de Sinais, o estudo teve como objetivo destacar as relações entre os docentes, discentes ouvintes e discentes surdos no processo ensino e aprendizagem na Escola Municipal Professora Maria Madalena Xavier de Andrade, na cidade de Natal, e na Escola Estadual Carmem Costa, em Poço Branco, localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.

A metodologia partiu de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa durante o período de agosto de 2014 a agosto de 2017. Quanto ao procedimento, foi realizada uma observação direta nas salas de aulas do Ensino Fundamental e Ensino

Médio, respectivamente. Contou com a participação dos gestores escolares, professores e alunos ouvintes e surdos. Posteriormente, foi realizado o registro, classificação das informações, análise e discussão.

CONTEXTO DA LÍNGUA DE SINAIS

O organismo humano sempre que se depara com algo novo tem a capacidade de adaptação. Tomando como referência o caso da pessoa surda, a ausência do sentido de audição permite que outros o substituam, nomeadamente a visão, de forma a desenvolver uma linguagem diferente, visual ou gestual. Como língua natural do surdo, é a que ele aprende como maneira comunicativa.

A Libras não é uma língua universal, pois cada país apresenta sua própria língua. A esse respeito, Quadros; Karnopp (2008) esclarecem sobre essa modalidade linguística. Segundo suas concepções teóricas, a Língua de Sinais apresenta-se numa modalidade diferente das línguas orais-auditivas, ou seja, a realização dessas línguas não é estabelecida através do canal oral-auditivo, mas por meio da visão e utilização do espaço.

Nas últimas décadas, foram empreendidos esforços, por parte de determinados segmentos sociais e políticos brasileiros, no sentido de incluir o direito à igualdade educacional e atendimento integrado do aluno com deficiência auditiva na rede regular de ensino. Mesmo com o respaldo legal, observa-se que o sistema educacional não se estruturou para oferecer o serviço às pessoas portadoras de deficiência em geral, principalmente no sistema público de ensino.

Diante dos avanços e da luta pelo direito à inclusão do surdo, no âmbito da escola regular, estão garantidas no Brasil, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais. Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na Língua de Sinais.

O ensino da Língua Portuguesa passar a ser visto como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos. Nesse sentido, os alunos têm acesso aos serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na Língua de Sinais (HONORA; FRIZANCO, 2004).

Devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular.

Frente a essa discussão, é imprescindível que o professor, na formação inicial em sua prática profissional, conheça cada um de seus alunos, sendo essencial identificar os conhecimentos para que, a partir destes, o processo ensino e aprendizagem aconteça. É importante também que a avaliação não sirva para classificar, mas identificar dificuldades e avanços dos surdos, para que o sistema educacional permita a inclusão de todos em suas diversidades e possa refletir na busca de uma educação inclusiva.

Quadros; Karnopp (2008) fazem uma breve descrição sobre as estratégias pedagógicas que são adotadas nas escolas inclusivas, inicialmente na Noruega. No primeiro momento, os surdos vão para a escola inclusiva, nela se educam com o suporte de professores surdos e intérpretes. Assim, possuem todo aparato necessário que precisam para desenvolver seu conhecimento posteriormente. Quando terminam o ensino médio, os alunos são encaminhados para uma Associação de Surdos (cursos subvencionados pelo governo), onde devem estudar por um ano os conteúdos da cultura surda. Dessa maneira, aperfeiçoam a Língua de Sinais e são formalmente introduzidos em sua comunidade. Com isso, o país reconhece a necessidade e pertinência dos jovens surdos, promovendo uma cultura que permita viver plenamente sua alteridade.

Em Paris, e na maior parte da França, ainda existem escolas especiais para surdos. Essas escolas têm como prioridade formar trabalhadores para assim, os surdos poderem conquistar sua autonomia financeira. A língua de instrução é o Francês sinalizado e o currículo é adaptado a instrumentalizar os surdos com os conhecimentos elementares para o exercício de uma vida autônoma (SÁ, 1999).

Os surdos franceses e de toda a Europa recebem, além do salário que podem conseguir com o desempenho de seu trabalho, uma pensão governamental e outros benefícios como: passagens, atendimento à saúde em Língua de Sinais e incentivos à cultura surda. Também contam com muitas opções de exercer atividades artísticas e lazer. Devido à estabilização financeira, os movimentos de organização surda são pouco frequentes.

Partindo das colocações das professoras Quadros e Karnopp (2008), compreendemos que os surdos podem exercer muitas atividades. Eles têm a capacidade cognitiva de desenvolver suas habilidades, mas precisam de um currículo adequado a sua necessidade. As escolas devem se adaptar para atender às diversidades e capacitar

professores, pois eles se sentem angustiados por não saberem como lidar com os alunos com deficiência auditiva, entre outras deficiências.

Sabendo que, na maioria das vezes, a comunicação só acontece com a presença do intérprete de Libras na sala de aula, é de extrema importância que as escolas do Brasil e do mundo se tornem inclusivas, adaptando sua metodologia e adequando as estratégias com ênfase em incluir o surdo e alunos com deficiências no âmbito educacional, social, profissional, cultural e político.

Mesmo que o docente tenha um intérprete na sala de aula, ele precisa se comunicar com seu aluno e não jogar a responsabilidade para o intérprete, bem como estabelecer um vínculo de confiança, deixando tudo mais acessível e adaptando o planejamento de acordo com as necessidades vivenciadas no olhar pedagógico, com ênfase na participação das ações ocorridas em sala de aula.

É fundamental o respeito à pessoa com deficiência, tendo a compreensão de que o direito à educação é de todos (GLAT, 2007). No sentido de fazerem parte do processo educacional para que não sejam vistos como diferentes, mas como pessoas que possuem capacidades cognitivas de discernir nas discussões no âmbito educacional, social e político.

É muito comum encontrarmos profissionais que atuam nas escolas e utilizam o que se denomina de português sinalizado, ou seja, mantêm-se a estrutura da Língua Portuguesa e os sinais passam a ser utilizados dentro dessa base, desconsiderando a gramática própria das Línguas de Sinais, que é bastante diferenciada da Língua Portuguesa, criando uma situação de conflito entre duas línguas distintas, que usadas simultaneamente perdem seu aspecto estrutural e semântico.

Pode-se supor que haja parâmetros comuns entre a Libras e a Língua Portuguesa, mas, sem dúvida, há parâmetros diferentes. Caso contrário, seria a mesma língua. Então, como são possíveis duas línguas com alguns parâmetros diferentes acionados internamente serem acessadas ao mesmo tempo? A resposta a esta questão é óbvia: não é possível (QUADROS; KARNOPP, 2008, p.27).

Nos últimos anos, diante das pesquisas e dificuldades encontradas pelas escolas em obter resultados satisfatórios na escolarização de surdos, surge a proposta do bilinguismo. Esse fato se deve ao posicionamento afirmativo da comunidade surda em relação ao reconhecimento de sua língua.

Quadros; Karnopp (2008, 125) definem o bilinguismo como “uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar”. Os estudos têm apontado esta proposta como sendo a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que, consideram a Língua de Sinais como língua natural para o ensino da língua escrita.

Segundo Damásio (2007, p.61), “enquanto instrumento comunicativo, a Libras favorece o acesso ao conhecimento cultural e científico, sendo utilizada entre pessoas surdas e ouvintes”. Para melhor compreensão da realidade, é interessante que essa linguagem se faça conhecer, e que haja uma procura por ela com o empenho de aprendê-la. A Libras favorece o desenvolvimento linguístico, social e intelectual.

A preocupação é respeitar a autonomia das línguas de sinais e estruturar um plano educacional que não afete a experiência psicossocial e linguística do aluno. O acesso aos conteúdos deve ser feito na língua da pessoa surda. Para que isso aconteça, se faz necessário os profissionais ouvintes envolvidos nesse espaço de educação serem conhecedores fluentes dessa língua.

A questão linguística entende a língua como instrumento para a aprendizagem e aspecto político de posicionamento diante do direito que o indivíduo surdo tem quanto ao acesso precoce à Língua de Sinais. Devido à precariedade da educação e o não uso da língua nos espaços da escola, o aluno acaba sendo excluído. Àquele que usa a Língua de Sinais, em sala de aula ou nos intervalos com os colegas, se desenvolve, conseqüentemente tem uma melhor aprendizagem.

Para Skliar (2013, p.141):

A Língua de Sinais constitui o elemento identificatório dos surdos. Por constituir-se em comunidade, compartilham normas de uso da mesma língua a que interage cotidianamente em um processo comunicativo, eficaz e eficiente. Isto é, o indivíduo desenvolve as competências linguísticas, comunicativas e cognitivas por meio do uso da Libras. [...] esta permite que os surdos constituam uma comunidade linguística diferente e não que sejam vistos como desvio da normalidade; problema enfrentado durante muito tempo.

Para seu significado, alguns sinais possuem determinados parâmetros no processo de formação, por exemplo, localização das mãos em relação ao corpo, expressão facial e movimentação que se faz ou não na hora de produzir o sinal. Há algumas particularidades simples, que facilitam o entendimento da língua, como o fato

dos verbos aparecerem no infinitivo e os pronomes pessoais não serem representados, sendo preciso apontar a pessoa de quem se fala para ser entendido.

A Libras não é apenas uma medida paliativa para se estabelecer a comunicação com os deficientes auditivos, mas uma língua natural como qualquer outra, com estruturas sintáticas, semânticas e morfológicas. A diferença básica é que ela utiliza a imagem para expressar sua mensagem. Para se aprender Libras, deve-se passar por um processo de aprendizagem de uma nova língua, da mesma forma que precisamos fazer quando desejamos aprender uma língua estrangeira.

Por outro lado, a formação continuada de professores tem se configurado como possibilidades de pensar o processo de escolarização num contexto dos sujeitos que são público alvo da educação especial. Diante disso, a formação dos docentes constitui um ato educativo de maneira coletiva e reflexiva, sendo importante que as práticas de formação tomem como referência as experiências que contribuem para a consolidação de uma profissão de valores.

No âmbito da educação de surdos, seguindo com os avanços legais, o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei 10.436/2002, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular. O Decreto sedimenta a formação do professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras; promove a certificação da proficiência em Libras; destaca o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos na escola e atesta a inclusão de alunos surdos com a organização da educação bilíngue nos sistemas de ensino regular.

Segundo a publicação do Decreto referenciado, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de Educação Superior, a Libras poderá ser ministrada por profissionais que apresentem, pelo menos, um dos seguintes perfis:

- I - Professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido através de exame promovido pelo Ministério da Educação;
- II - Instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
- III - Professor ouvinte bilíngue: Libras-Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

Em todas as possibilidades acima, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

O Decreto nº 5.626/2005 orienta que as instituições devem promover:

Cursos de formação dos professores para o ensino e uso da Libras, tradução e interpretação de Libras-Língua Portuguesa e o ensino da Língua Portuguesa;
Ofertar, obrigatoriamente, desde a Educação Infantil, o ensino de Libras;
Formação de intérpretes e tradutores de Libras/Línguas Portuguesa;
Efetivar-se por meio de curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em Libras-Língua Portuguesa, profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas. De maneira simultânea, consecutiva e com aprovação em exame de proficiência. Promovido pelo Ministério da Educação para atuação em instituições de Ensino Médio e Educação Superior.

A respeito das instituições escolares, o Decreto acima define que as instituições federais de ensino, responsáveis pela Educação Básica, devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, segundo os critérios:

I - Escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, tanto na Educação Infantil quanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II - Escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional. Que apresente docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, a presença de tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa;
III - As escolas ou classes de educação bilíngue como aquelas em que Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo (MEC, 2011).

Baseada nessa ideia, o governo do estado de São Paulo produziu um dicionário voltado para os surdos, elaborado com o intuito de diminuir a exclusão digital. Produzido em CD-ROM, o dicionário tem 43.606 verbetes, 3.000 vídeos, 4.500 sinônimos e cerca de 3.500 imagens (Material Didático - Centro de Ensino Médio 01 do Gama). Tudo isso, por acreditar que, os alunos enfrentam entraves para participar da educação, decorrente da perda auditiva.

Esses serviços de apoio são importantes para que se possa garantir o acesso ao conhecimento sistematizado. Até hoje, se observa que muitos desses alunos foram

prejudicados por falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, linguístico e político-cultural, desenvolvendo prejuízos consideráveis no processo de aprendizagem dos alunos surdos.

Diante dessas concepções, torna-se urgente repensar a educação escolar dos alunos com surdez, tirando o foco do confronto do uso desta ou daquela língua e buscar redimensionar a discussão sobre o déficit escolar, situando-a no debate atual acerca da qualidade da educação escolar e práticas pedagógicas. É preciso construir um campo de comunicação e interação, possibilitando que a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente a escrita, tenham lugares de destaque na escolarização dos alunos com surdez.

ESTUDO DE CASO: ESCOLAS PÚBLICAS DO RN

A Escola Municipal Prof^ª Maria Madalena Xavier de Andrade, localizada na Zona Norte de Natal, atua com as modalidades de fundamental I, II e Eja e segue o modelo padrão, segundo os princípios da Secretaria Municipal de Educação na construção de escolas para a rede de ensino. Adaptada para pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida, a escola tem capacidade para atender 1.260 alunos, em uma área de 2.450 metros quadrados.

Criada conforme o Decreto nº 6.164/98, de 07/08/1998, a escola anteriormente funcionava num prédio alugado e atendia um total de aproximadamente 297 alunos. Em 2005, foi entregue o novo prédio e, conseqüentemente, o número de alunos chegou a superar o quantitativo. Sua estrutura apresenta: diretoria, secretaria, sala dos professores, informática, salas de aula, biblioteca, quadra coberta, cozinha, despensa, passarelas, estacionamento e guarita.

Baseado neste estudo, a turma do Ensino Fundamental observada funciona no turno vespertino, apresenta 31 alunos ouvintes (16 femininos e 15 masculinos) com faixa etária entre 13 a 19 anos. Na sala, tem 1 aluno do sexo masculino que apresenta surdez bilateral. Na sala, o professor, por não ter habilidades em Língua de Sinais, apresenta dificuldades no diálogo com o aluno. Muitas vezes chega a recorrer à comunicação através do intérprete.

O discente surdo, em questão, apresenta bom desempenho na escola, sendo pontual no horário de chegada e participação nas aulas. Gosta da escola e chega a ficar chateado quando não há todas as aulas. Relaciona-se bem com os colegas da turma e

sabe o nome de todos. Ao término das atividades, procura ensinar aos demais alunos através dos sinais de Libras ou mostrar a resposta no livro.

Enquanto que a Escola Estadual Carmem Costa, localizada na cidade de Poço Branco–RN, atua com as modalidades do Ensino Fundamental (anos iniciais e anos fundamentais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), a instituição de ensino apresenta acessibilidade às pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, todavia, não possui biblioteca, laboratório de informática, quadra de esporte e sala de leitura.

O aluno surdo, em destaque, tem 22 anos, está matriculado no 2º ano do Ensino Médio da EJA, no horário noturno, e se expressa bem quanto à Língua de Sinais. Dentre os 6 professores da sala, apenas 1 apresenta conhecimento sobre a Libras, aspecto esse que prejudica, consideravelmente, a comunicação e torna inviável o bom desempenho do aluno, mesmo tendo conhecimento da língua. Não há intérprete de Libras durante o noturno, levando a escola a buscar parcerias em outras unidades de ensino.

Do ponto de vista do ensino e aprendizagem, nas duas salas de aula, foi possível identificar o trabalho pedagógico com base no desenvolvimento das funções mentais superiores, sensação, percepção, atenção, linguagem, pensamento e emoção. Dando-se em particular, a atenção à percepção, por ser mediante ela que o indivíduo toma contato com o que o cerca.

Sobre a importância do desenvolvimento das funções mentais superiores, Vygotsky compreende que:

É preciso criar instrumentos culturais (signos especiais), que consigam tirar o deficiente do desenvolvimento limitado das funções superiores. Para isso, os procedimentos pedagógicos devem ser organizados para que tal desenvolvimento se dê por vias indiretas, por outros caminhos porque a condição mais importante e decisiva do desenvolvimento cultural é precisamente a habilidade de empregar instrumentos psicológicos, que nessas crianças não é utilizada (VYGOTSKY, 1988, p.129).

A prática pedagógica precisa ser pensada e contextualizada, para que surdos e ouvintes sejam incluídos e façam parte do processo de aprendizagem. Sabemos que os surdos enfrentam os desafios que a nova realidade traz consigo onde, muitas vezes, não são vistos em sala de aula como um sujeito que reflete, emociona, questiona e pensa. Porém, necessita de oportunidade para desenvolver suas potencialidades e aprimorar seus conhecimentos.

Nas duas escolas analisadas, encontramos discentes surdos atenciosos e que demonstraram interesse em aprender, participar, colaborar e interagir, na perspectiva da escola regular, apesar das dificuldades. Tanto o aluno surdo da Escola Municipal Prof^a Maria Madalena Xavier de Andrade, em Natal, quanto o aluno da Escola Estadual Carmem Costa, em Poço Branco, frequentam o Centro de Atendimento ao Surdo (CAS), em Natal, durante o contra turno.

Atualmente, são perceptíveis os avanços no campo da educação por uma escola inclusiva e acessível. Contudo, ainda existe desconhecimento das iniciativas inclusivas por parte de muitos alunos surdos, especialmente, o que dificulta sua inclusão nas escolas públicas regulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Situando a temática no debate atual da educação escolar e práticas pedagógicas, percebe-se que é importante construir um campo de comunicação e interação, possibilitando que a Libras e a Língua Portuguesa assumam destaques no processo de escolarização dos alunos com surde, levando em conta que a aquisição da linguagem acontece quando há condições internas do indivíduo (crescimento, audição e maturação neurológica) somadas às condições externas adequadas.

Deste modo, o estudo tornou-se relevante por apresentar informações que foram analisadas, segundo as concepções teóricas sobre a temática da pessoa surda, considerando o aspecto da aprendizagem, destacando que, o indivíduo ao adquirir unidade significativa de experiências e compreensão da linguagem, estará pronto para comunicar-se com outras pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Marcos político-legais da educação especial: na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2011.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências, Brasília, 2002.

_____. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 20000.

DAMASIO, M. F. **Educação escolar de pessoas com surdez: uma proposta Inclusiva**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Sete letras, 2007.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Ciranda da Inclusão: esclarecendo as deficiências**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2004.

PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. **Um novo olhar sobre nós surdos - leituras contemporâneas**. Curitiba: Cury, 2012.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SÁ, Nídia R. Limeira de. **Educação de surdos: a caminho do bilinguismo**. Niterói: EDUFF, 1999.

SKLIAR, Carlos. **A Surdez**. Um olhar docente sobre as diferenças. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. Martins Fontes: São Paulo, 1998, p.129.